

3.4 – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

As condições de vida extremamente precárias no Estado da Paraíba resultam da desaceleração e vulnerabilidade da economia associada aos níveis de concentração de renda e à baixa capacidade do Estado de absorver parte significativa de sua força de trabalho em empregos.

Com uma população de aproximadamente 3.444.794 habitantes, a Paraíba registrava, no ano de 2000, uma população economicamente ativa em torno de 1,4 milhões de pessoas. Cerca de 35% das pessoas ocupadas não possuíam nível de instrução ou tinham apenas um ano de instrução formal.

Dispondo de uma renda familiar muito baixa, as famílias são obrigadas a mobilizar intensamente a força de trabalho disponível, inclusive o trabalho infantil, com prejuízos no setor de educação dos jovens: cerca de 16,7% da população de 10 a 13 anos trabalham. Vale ressaltar que o trabalho infantil se sobressai principalmente na zona rural.

A grande vulnerabilidade das atividades agropecuárias, que causou o seu declínio, em função dos prolongados períodos de estiagens e de sua própria estrutura produtiva, aliada à estrutura fundiária e às relações de trabalho explica, em grande parte, a incapacidade da economia estadual para oferecer empregos produtivos à sua força de trabalho. Some-se a isto o fato de que, nos anos 80, a crise que se abateu sobre o País alcançou, em particular, os centros urbanos e industrializados de maior importância, que se constituíram destino de intensos fluxos migratórios. Com reduzidas alternativas de migração interestadual ou inter-regional, parte cada vez maior da força de trabalho regional voltou-se para os centros urbanos estaduais, na busca de formas de sobrevivência que o meio rural não oferecia.

Além disso, o Estado da Paraíba possui uma estreita base econômica que o torna incapaz de reter, nos seus próprios limites, uma força de trabalho que, já em grande parte submetida à situação de desemprego e subemprego, se expande, ano a ano, e pressiona o reduzido mercado de trabalho capaz de oferecer empregos produtivos.

Um dos indicadores mais reveladores das precárias condições de vida da população do Estado é, sem dúvida, o percentual de indigentes sobre a população, estimado no ano 2000, pelo IPEA, em cerca de 1,5 milhão de indigentes, o que representava cerca de 47,23% da população. No meio rural a proporção de indigentes teria chegado a 72%. De acordo com estimativas do IDEME (2001), a mortalidade infantil teria alcançado no Estado, em 1998, cerca de 60,3 crianças de menos de um ano, por 1.000 nascidas vivas. Entretanto, essa mortalidade no Estado, vem declinando sistematicamente nas últimas décadas. Outros indicadores, como o nível de desnutrição, mortalidade materna, déficit escolar e déficit habitacional, mostram a precariedade das condições de vida da população paraibana.

A taxa de alfabetização alcançada em 2000, para a população total de 10 anos e mais, foi de 72,44%, sendo que no meio urbano este percentual é de 77,73% e no meio rural, de 58,97% IDEME (2001). A baixa produtividade do sistema, sobretudo no tocante ao ensino fundamental e médio, de acordo com o que revelam as estimativas do fluxo escolar realizadas pela Secretaria de Educação, faz com que, de 100 alunos matriculados na primeira série em 1992, cerca de 13,6%, apenas, teriam chegado à oitava série em 2000, dado o alto índice de repetição e abandono escolar.

Os dados do IDEME, 2001, referentes ao saneamento básico em 1999, mostram que cerca de 40,6% da população possuía abastecimento de água, serviços de esgotos e lixo coletado considerados adequados.